

A REFORMA PENAL BRASILEIRA DE 1984 E AS CONTRIBUIÇÕES DO FINALISMO: UMA HOMENAGEM AO PROFESSOR MIGUEL REALE JR. PELOS SEUS 80 ANOS

CRIMINAL LAW REFORM OF 1984 AND THE CONTRIBUTIONS OF FINALISM: A TRIBUTE TO PROFESSOR MIGUEL REALE JR. FOR HIS 80TH BIRTHDAY

ÂNGELO ROBERTO ILHA DA SILVA¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
angeloilha@uol.com.br

DOI: [10.5281/zenodo.15929278].

ÁREA DO DIREITO: Penal

RESUMO: O presente artigo é ofertado como uma singela homenagem ao penalista Miguel Reale Júnior, em virtude de seus 80 anos completados no dia 18 de abril de 2024. Coincidentemente, a Reforma Penal de 1984 chegou aos seus 40 anos nesse mesmo ano. É certo que a metodologia se faz por meio de muitos métodos, mas não é menos certo que a concepção finalista de crime, enquanto método, teve proeminência na aludida reforma, propiciando um Código Penal mais humanitário em contraste com a antiga e originária

ABSTRACT: This article intends to be a humble tribute to the extraordinary professor of criminal law Miguel Reale Júnior, due to his 80th birthday on April 18, 2024. Coincidentally, it's been 40 years since the Criminal Law Reform of 1984 was enacted. It's true that methodology is carried out through many methods, but it's certain that the finalist conception of crime, as a method, had prominence in the aforementioned reform, providing a more humanitarian Criminal Code in contrast to the old and original General Part of

-
1. Pós-doutor pelo PPG em Neurociências da UFMG. Doutor pela Faculdade de Direito da USP. Desembargador Federal do TRF-4. Professor do Departamento Ciências Penais (chefe de Departamento) e do PPGD da UFRGS (doutorado e mestrado).

Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/7385563650932406>].

ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-6477-2435>].

E-mail: angeloilha@uol.com.br

Parte Geral de 1940. Procede-se, assim, a uma abordagem crítico-descritiva, mediante o recurso de pesquisa bibliográfica, em que se reconhecem as variadas contribuições possíveis em uma obra da envergadura de um Código Penal, sem deixar de ter em conta a contribuição do finalismo como fio condutor em matéria de doutrina do crime, demonstrando-se como foi ela edificada, bem como – e este é o problema a ser respondido –, em exame em que se conta com alguns exemplos, como foi recepcionada pela reforma, percurso esse, especialmente no que se refere ao último tópico, palmilhado em diálogo com a doutrina do homenageado.

PALAVRAS-CHAVE: Homenagem a Miguel Reale Jr. – Doutrina do crime – Princípio da culpabilidade – Injusto pessoal – Reforma penal de 1984.

1940. This article aims to provide a descriptive and a critical approach of the subject, using bibliographical research, acknowledging the various possible contributions to such a great work as a Criminal Code and, at the same time, recognizing the contribution of finalism as the driving idea when it comes to the doctrine of the crime, demonstrating how it was built, as well as – and this is the problem to be solved – how it was received by the Criminal Law Reform, in an analysis that includes some examples, a path that, especially regarding the last topic, is taken in dialogue with the doctrine of the honoree.

KEYWORDS: Tribute to Miguel Reale Jr. – Doctrine of the crime – Principle of culpability – Guilty mind – Criminal Law Reform of 1984.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A propósito de uma ciência penal da razão prática e humanitária. 3. Notas evolutivas da doutrina do crime: da concepção clássica à concepção finalista. 4. Sobre a contribuição do finalismo para Reforma Penal brasileira de 1984. 5. Considerações finais. 6. Referências.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é ofertado como uma singela homenagem ao Professor Titular Miguel Reale Júnior, em virtude de seus 80 anos completados no dia 18 de abril de 2024. Coincidentemente, a Reforma Penal de 1984 chegou aos seus 40 anos nesse mesmo ano. Reale Júnior, cujas contribuições vão além do Direito Penal,² foi um dos grandes artífices da Reforma Penal que nos legou uma Nova Parte Geral e uma Lei de Execução Penal. Muitas contribuições doutrinárias de Reale Júnior que, em forma mais sistemática, já haviam sido expostas em seu *Novo Rumos do Sistema Criminal*, publicado em 1983, vieram a se concretizar, em termos legislativos, com a edição da Lei 7.209/1984 (Nova Parte Geral) e da Lei 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais). No entanto, a implementação de muitas de suas contribuições tanto em modo de proposição como também em forma de materialização legislativa

2. Exemplo suficiente encontra-se no fato de ter sido Assessor Especial da Assembleia Nacional Constituinte que laborou na feitura da Constituição de 1988.